

OS DESAFIOS DO PROFESSOR PARA AS PRÁTICAS INCLUSIVAS DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

(THE TEACHER'S CHALLENGES TO THE INCLUSIVE PRACTICES OF STUDENTS WITH DOWN SYNDROME IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL)

Larissa Saraiva dos Santos¹
Bruna Germana Nunes Mota²

RESUMO

O artigo trata sobre o tema, os desafios do professor para as práticas inclusivas de alunos com Síndrome de Down (SD) nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa pretende investigar os desafios do professor para as práticas inclusivas e uma das motivações para a investigação surgiu da minha experiência como professora itinerante de alunos com SD. O problema de pesquisa propõe entender quais os principais desafios encontrados pelos professores na Educação Inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo geral é conhecer os desafios do professor para as práticas inclusivas no ensino regular. Em decorrência, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: investigar as práticas de inclusão para os alunos com síndrome de Down e identificar se os professores estão tendo cursos de formação continuada, na área de inclusão. Quanto à metodologia, esta investigação caracteriza-se como um estudo de caso, bibliográfica, exploratória e descritiva. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, por compreender fenômenos comportamentais coletados através de dados discursivos. Foi utilizada como ferramenta de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os resultados foram os esperados e conseguimos alcançar os objetivos gerais e específicos que norteavam a investigação. Diante todas as análises e a fala das professoras, podemos perceber o quanto ainda precisamos evoluir quando o assunto é inclusão e o quanto ainda se faz necessário refletirmos sobre essa temática.

Palavras-chave: Desafio docente. Práticas inclusivas. Síndrome de Down.

ABSTRACT

The article deals with the theme, the teacher's challenges for inclusive practices of students with Down Syndrome (DS) in the early years of elementary school. The research intends to investigate the teacher's challenges for inclusive practices and one of the motivations for the investigation came from my experience as an itinerant teacher of students with DS. The research problem proposes to understand what are the main challenges faced by teachers in Inclusive Education in the early years of elementary school. The general objective is to know the teacher's challenges for inclusive practices in regular education. As a result, the following specific objectives were established: to investigate inclusion practices for students with Down syndrome and to identify whether teachers are taking continuing education courses in the area of inclusion. As for the methodology, this investigation is characterized as a case study, bibliographic, exploratory and descriptive. The research has a qualitative approach, as it comprehends

¹ Graduada em Pedagogia (UniATENEU). E-mail: larissasaraiva12@gmail.com

² Doutora em Educação (UFC). Professora do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: bruna.mota@professor.uniateneu.edu.br

behavioral phenomena collected through discursive data. The semi-structured interview was used as a data collection tool. The results were as expected and we managed to achieve the general and specific objectives that guided the investigation. Given all the analysis and the speech of the teachers, we can see how much we still need to evolve when it comes to inclusion and how much it is still necessary to reflect on this theme.

Keywords: Teaching challenge. Inclusive practices. Down's syndrome.

1 INTRODUÇÃO

As questões que envolvem a educação inclusiva precisam de um olhar reflexivo e por isso é importante estudarmos cada vez mais sobre essa temática. Crianças com necessidades especiais possuem particularidades e especificidades bastante distintas. No caso da Síndrome de Down (SD) podemos encontrar um universo de características, que fazem do aluno Down um ser único. E por isso merece um olhar específico nesta pesquisa.

Na educação inclusiva os professores se deparam com as diferentes limitações, dos alunos com deficiência e isso lhes preocupa, causando receio e medo por parte desses profissionais, que argumentam não estarem preparados para a inclusão devido a de falta de informação adequada e experiências na área. Enfim, o ingresso de alunos com necessidades educacionais diferenciadas dentro das escolas de ensino regular, é uma realidade que tem crescido a cada dia.

A pesquisa surgiu com o interesse de investigar os desafios do professor para as práticas inclusivas de alunos com síndrome de Down nos anos iniciais, uma das motivações para a investigação, surgiu da minha experiência como professora itinerante de alunos com SD.

A problemática da pesquisa é: quais os principais desafios encontrados pelos professores na Educação Inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental? Estabeleceu-se, assim, como objetivo geral, conhecer os desafios do professor para as práticas inclusivas no ensino regular. Em decorrência, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: investigar as práticas de inclusão para os alunos com síndrome de Down, e identificar se os professores estão tendo cursos de formação continuada, na área de inclusão.

A partir dos elementos históricos, e que compõem a educação, torna-se viável a discussão da educação inclusiva, tendo foco nas práticas dos professores e na inclusão de alunos com síndrome de Down. No primeiro tópico deste referencial, será abordado um breve histórico sobre o conceito de inclusão e como as crianças com deficiência eram tratadas nas civilizações antigas. No segundo tópico, faremos uma distinção sobre educação especial e educação

inclusiva. No terceiro tópico, traz informações sobre a história da síndrome de Down bem como as principais características desta síndrome. Este tópico também traz pontos importantes sobre o papel da família no desenvolvimento da criança com Down. O quarto tópico faz referência ao papel do professor reflexivo, com as práticas inclusivas e os desafios dessa prática nas salas de ensino regular.

2 RESGATE HISTÓRICO SOBRE AS DEFICIÊNCIAS

Durante a história da humanidade, as deficiências, de modo geral, foram vistas e tratadas de forma diferente. Como exemplo disso, podemos citar que na Roma Antiga, a sociedade possuía total liberdade para eliminar, após o nascimento, inclusive, aqueles que portavam deficiências. Na Idade Média, por conta da Igreja católica, que se apoderou do domínio social, econômico e político, propagando a doutrina Cristã, da qual a sociedade passou a ser adepta, pessoas com deficiências passaram de seres eliminados a seres dignos de piedade, por serem criaturas de Deus. Porém, apesar de saltos ontológicos claramente visíveis de um período para o outro, incluem-se também regressos, como, por exemplo, o fato de os deficientes mentais, durante o período da Inquisição, no século XIII, serem associados a manifestantes do “mal”.

Os avanços a favor daqueles que possuem necessidades especiais se deu a passos lentos:

A partir do século XVI, a revolução burguesa trouxe mudanças em termos de estrutura social, política e econômica. No que se refere à deficiência, começaram a surgir novas ideias referentes à sua natureza orgânica, produto de causas naturais. Assim concebida, passou também a ser tratada por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da então iniciante medicina. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 36).

O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural, favorecendo o surgimento de ações de tratamento médico. Já a tese do desenvolvimento por estimulação encaminhou-se, embora muito lentamente, para ações de ensino, o que vai se desenvolver definitivamente somente a partir do século XVIII. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 36).

Podemos perceber que, paulatinamente, de século a século, a partir de evoluções nos cenários sociais, o retrato da importância daqueles tidos como diferentes foi sendo revelado. Foi somente a partir do século XX que começaram a surgir pensamentos que convergiam para as pessoas de necessidades especiais com o âmbito educacional. O século XX foi certamente

um período de profundas mudanças que se estenderam aos dias de hoje, pois transformações são processos permanentes e graduais que não ocorrem de uma hora para outra. (CARVALHO, 2016, p. 35).

Das mudanças verificadas na sociedade no século XX, e que contribuíram para o elo da educação de pessoas com necessidades especiais, convém citar o avanço de movimentos em defesa dos Direitos Humanos, que dava ênfase às minorias, e, no caso dos deficientes mentais, defendia o fim da segregação dos mesmos. A partir desse ponto, surge, então, um conceito muito importante para a temática aqui tratada: integração. Esse conceito surge como novo modelo de atenção à deficiência, cuja manifestação educacional efetivou-se, desde o início, nas escolas especiais, nas entidades assistenciais e nos centros de reabilitação. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 37).

Na prática, esse conceito representa a inserção de crianças com deficiência nas atividades relacionadas à sociedade, o que de fato começou a ser feito, porém acarretou certa problemática quanto à eficácia estabelecida em tal praticidade, pois foram elencadas dificuldades, por parte das instituições, de manter essa integração. Surge, então, outro conceito importante: inclusão. Esse conceito agrega mais do que inserir. Para ser visto na prática, deve haver uma verdadeira transformação no caráter de práticas sociais, bem como de espaços, fisicamente falando, em prol do acesso total ao que o ambiente social oferece. Vejamos uma definição de inclusão:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos [...]. A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (SASSAKI, 1997, p. 167 apud SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p.38).

Portanto, inclusão, resumidamente, é criar e garantir que as condições dos seres sociais existam com equidade. Em se tratando de inclusão escolar, podemos afirmar que está prevista em nossa Constituição, mas não com essa nomenclatura, quando a mesma diz que a educação deve ser disposta aos portadores de deficiência de forma especializada no ensino regular. Somando-se a disso, leis, resoluções, pareceres e declarações foram surgindo e reafirmando essa questão, o que nos faz perceber que é uma conquista recente e constante.

Ao falar sobre inclusão escolar, atribuímos um claro desafio à escola: um grande empenho e esforço para que haja a real reestruturação que a tornará apta a ser inclusiva, afinal, “para que a educação inclusiva seja uma realidade, além de uma mudança de mentalidades, no

que diz respeito ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação”. (ARAÚJO; LINHARES, 2014, p. 47).

Portanto, para que uma escola possua inclusão, a mesma deve se permitir ser desafiada num sentido de mutação em prol de condições igualitárias, mas, além disso, deve refletir sobre a abrangência que isso acarreta, pois há diversas necessidades especiais, com comportamentos e tendências diferentes.

2.1 Educação inclusiva

A educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família. O Art. 205 da Constituição afirma que a educação deve ser promovida e incentivada com o apoio da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Essa educação para todos inclui a criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Portanto, é dever do Estado e da família assegurar que essas crianças estejam na escola de ensino regular. O ingresso desses alunos dentro das escolas é uma realidade que tem crescido a cada dia. Durante muitos anos, crianças com necessidades especiais eram excluídas da sociedade e sequer tinham o direito de frequentar as escolas, pois acreditava-se que elas não tinham capacidade para isso. Hoje essa ideia está um pouco ultrapassada. Crianças com necessidades especiais, quando estimuladas e atendidas de forma adequada, têm alto potencial para desenvolver diversas habilidades.

Sasaki (1997 apud ROCHA, 2017) apresenta a inclusão como um processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência se adaptam mutuamente, buscando a equiparação de oportunidade, ou seja, inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que ela possa se desenvolver nos diversos aspectos de sua vida.

A cada dia, a pessoa com deficiência vem garantindo mais o seu espaço na sociedade, embora ainda haja muita discriminação e preconceito por parte de alguns. A sociedade está passando por esse processo de adaptação, de entender que essas pessoas têm direito de estar em todos os lugares. Precisamos mudar as concepções retrógradas sobre as pessoas com deficiência, e tudo isso começa a mudar um pouco com o processo que vem acontecendo dentro das escolas, chamado de educação inclusiva.

Mais afinal o que é a educação inclusiva e qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva na prática? A educação inclusiva é uma educação para todos. Seu maior objetivo é incluir todos dentro do mesmo sistema de ensino, a fim de que todos possam aprender e se desenvolver em todos os seus aspectos e possam ter os mesmos recursos e oportunidades. A educação inclusiva vai além de conceitos e concepções, ela é um processo e um caminho longo que ainda há de ser percorrido.

A questão de a educação inclusiva ser uma educação para todos e não apenas para os alunos com deficiência é uma questão levantada por Mantoan (2003). Segundo ela, a inclusão implica uma mudança na perspectiva educacional. Ela afirma que a inclusão não atinge apenas alunos com deficiência ou aqueles que possuem dificuldades, mas todos os demais, ou seja, todos os alunos. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no seu Art. 27

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (MANTOAN, 2003, p. 54).

Essa educação voltada para o atendimento de crianças com necessidades educacionais diferenciadas é chamada de educação especial. Podemos afirmar que a educação especial é uma modalidade de ensino e podemos encontrá-la desde a educação infantil até educação de nível superior.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, encontra-se um significado prático para a educação especial:

A educação especial direciona suas ações para o atendimento as especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2008).

A educação especial e a educação inclusiva são termos distintos, mas que na prática se complementam. Para darmos continuidade a nossa reflexão, a investigação se afunila, dando enfoque a uma necessidade específica: a síndrome de Down.

2.2 Síndrome de Down

Síndrome de Down (SD) ou Trissomia do cromossomo 21 é uma anomalia genética que causa atrasos no desenvolvimento do indivíduo. A deficiência mental e dificuldades para desenvolver funções motoras são algumas das características particulares dessa síndrome. Pessoas com SD possuem quarenta e sete cromossomos em vez dos habituais quarenta e seis, portanto, essa condição genética não está relacionada à raça, classe social ou a nacionalidade. É importante frisar que a SD não é herdada, e ela pode aparecer em crianças independentemente de casos anteriores na família.

A partir do século XIX, a história da SD fica conhecida no mundo através do cientista inglês John Langdon Down, que, em 1866, por meio de suas pesquisas, percebeu que, entre as pessoas com deficiência mental, havia um grupo específico de pessoas com características bem particulares. John Langdon passou a descrever essas pessoas com o termo “mongolismo”, porém hoje, como é sabido, esse termo é inadequado e bastante pejorativo.

O geneticista Jerome Lejeune avançou nos estudos e verificou nas suas pesquisas uma alteração genética na distribuição dos cromossomos. Ele descobriu que, na realidade, a SD, que até então, não se chamava por esse termo, era genética, e não apenas características físicas, que até o momento eram descritas nas literaturas.

Em 1958, o cientista francês Jerome Lejeune descobriu que os indivíduos que têm síndrome de Down possuem diferenças genéticas em relação às outras pessoas. Foi Lejeune quem deu este nome a esta síndrome, como uma homenagem a John Langdon Down, o primeiro cientista que chamou a atenção do mundo para um grupo de pessoas que apresentam características comuns entre eles: as pessoas com síndrome de Down. (DÉA; BALDIN; DÉA, 2009, p. 25).

A síndrome de Down não é uma doença, mas uma condição inerente à pessoa, portanto não tem cura. Embora a SD não seja uma doença, pesquisas apontam que, de um modo geral, eles nascem com o sistema imunológico baixo e estão propensos a adquirir várias doenças.

De acordo com alguns estudos, crianças, jovens e adultos com Down estão sujeitos a ter doenças cardíacas e algumas patologias. Entretanto, Déa, Baldin e Déa (2009) afirmam que 10% das pessoas com síndrome de Down não apresentam nenhuma patologia em nenhuma fase da vida. Quando presentes, são tratadas, e esse indivíduo poderá ter uma vida bastante saudável.

São muitos os casos de pessoas portadoras de SD que possuem um atraso neuropsicológico. Nesses casos é importante para o desenvolvimento da criança que haja um

acompanhamento com profissionais de diversas áreas. Por isso faz-se necessária a presença de um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta ocupacional e um psicólogo, a fim de promover todo o atendimento que essa criança precisa para que o seu desenvolvimento aconteça de forma efetiva.

A ciência nos mostra que a síndrome de Down causa limitações no desenvolvimento físico e intelectual. No entanto, a intensidade dessas limitações, até hoje, não foi definida. Sendo assim, não podemos traçar limites máximos às pessoas com síndrome de Down, o que é muito positivo, pois, na dúvida, devem-se oferecer oportunidades e, só assim, descobrir suas potencialidades. Com as estimulações precocemente iniciadas e com o aumento das oportunidades oferecidas para a pessoa com síndrome de Down, suas condições têm sido ampliadas e mais bem exploradas. (DÉA; BALDIN; DÉA, 2009, p. 24).

É importante frisar que não são as limitações que impedem que crianças com SD não se desenvolvam, mas a falta de oportunidades e atendimento especializado que não lhes é oferecido. Pessoas com SD são capacitadas para desenvolver diversas habilidades. Eles só precisam de profissionais que possam potencializar suas habilidades.

Quando uma criança nasce com SD, a reação da família muitas vezes não é das melhores. Essa notícia pode gerar um certo desconforto nos pais, podendo gerar a discriminação e o preconceito, que são fatores que prejudicam o desenvolvimento dessas crianças.

Além de todos os obstáculos que se têm, normalmente, com a educação de um filho, a criança com síndrome de Down necessita de outros estímulos. No entanto, a falta de informação dos pais e dos profissionais que lidam com a pessoa com síndrome de Down pode interferir no seu desenvolvimento. (DÉA; BALDIN; DÉA, 2009, p. 23).

Crianças com síndrome de Down são capazes de ler, escrever, pular, correr, tocar instrumentos, entre muitas outras habilidades. No entanto, o caminho que se leva até a execução de forma autônoma dessas atividades é um processo mais lento, devido as suas limitações e por não haver, muitas vezes, estímulos por parte da família. Entretanto, quando o apoio da família acontece, a pessoa que tem a síndrome tende a crescer e, muitas vezes, supera obstáculos que antes pareciam inalcançáveis.

A família se constitui como o primeiro contato social da criança. Dessa forma é importante que essa relação seja em um ambiente saudável e de estímulos, pois isso coopera para o desenvolvimento da criança, que logo mais à frente será inserida na realidade social do âmbito escolar.

[...] o comprometimento que a família deve ter com o desenvolvimento de uma criança portadora de síndrome de Down, entendendo que a família é o contexto imediato e primordial e o que exerce maior influência sobre seu desenvolvimento e que irmãos e pais são, diariamente, os agentes propulsores que estimulam as aprendizagens cognitivas, afetivas e motoras, ampliando o potencial de desenvolvimento futuro. (VIEIRA; VIEIRA, 2009, p. 55).

Com o papel de uma base estimulante sendo cumprido, entra em evidência a inclusão da criança no meio social, mais especificamente no meio escolar, do qual será proveniente o seu desenvolvimento. Para esse desenvolvimento, são necessários alguns elementos que se unem a criança e a sua aprendizagem.

No âmbito educacional, a criança com síndrome de Down terá possibilidades de desenvolver suas habilidades de um jeito único, se associado a práticas inclusivas eficazes que devem partir do docente. Ao falar do docente, estamos falando da figura que deve transmitir uma educação de formas mais do que lúdicas, sendo também humanas, pois lidar com necessidades especiais exige uma sofisticação na forma de ensinar. Tal figura protagonista é o professor, que deve compreender que existem desafios diante da educação inclusiva, mas que é possível vencê-los ou amenizá-los através de práticas.

2.3 O professor e as práticas inclusivas

Os desafios do professor na educação inclusiva são muitos, pois incluir alunos com necessidades especiais em uma escola regular requer mudanças de pensamentos que envolvem a prática que até poucos anos atrás ainda existiam sobre o papel da criança com deficiência. Segundo Rocha (2017, p. 38),

Cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Portanto, é possível chegar à conclusão de que, para obter praticidade ao lidar com a educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais, é preciso uma auto adaptação e demonstração de interesse por parte do professor.

Falamos a respeito da importância da família no estímulo da criança, para que esta comece a ser inserida no âmbito escolar. Dando ênfase ao cenário escolar, conta-se com uma peça-chave, o professor, que é o principal agente nesse processo de inclusão, tendo em vista

que ele é quem fará a mediação entre o aluno e o conhecimento, pois o professor é a “autoridade competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51 apud ROCHA, 2017, p. 6).

O papel do professor na educação é de criar oportunidades para que seus alunos possam se desenvolver de forma global, seja no aspecto social, psíquico, emocional e cognitivo. O professor que trabalha de forma reflexiva entende que o processo de ensino-aprendizagem acontece de forma particular para cada aluno, e no caso da educação inclusiva, essas particularidades se tornam ainda mais específicas. Essas particularidades acarretam, automaticamente, desafios na jornada do professor, por isso é importante refletir sobre os mesmos, e faremos isso dentro da perspectiva da realidade educacional de crianças portadoras da síndrome de Down, procurando identificar tais desafios.

Podemos citar alguns fatores que impedem o atendimento adequado a crianças com síndrome de Down, mas antes é importante ressaltar as dificuldades de aprendizagem dessas crianças. Segundo Silva (2002, p.9), a criança Down apresenta dificuldades dos tipos: alterações auditivas e visuais, incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar sequências.

De forma mais simplificada, como dificuldades podem ser citados o desenvolvimento etário da criança Down, que é retardatário, ou seja, a idade que é conferida à mente não acompanha a idade que ela tem, de fato; a pouca coordenação motora que, geralmente, se identifica nela; e a dificuldade de seguir orientações.

Diante de tais dificuldades que a criança Down apresenta, podemos perceber que grandes são os desafios que o professor enfrenta em uma sala de ensino regular. Muitos professores temem ao se deparar com a inclusão de alunos com SD, a falta de conhecimento e experiência são alguns desses fatores. “Em relação aos professores, vários estudos constataam que eles costumam ter atitudes negativas ante os estudantes com deficiência por duas razões: falta de informações apropriadas e falta de contato com estudantes com deficiência”. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 51).

É importante para o professor que recebe em sala um aluno com síndrome de Down ter conhecimentos sobre as diversidades e particularidades que podem ser encontradas na síndrome, dessa forma ele saberá quais recursos e métodos usar, possibilitando assim um melhor atendimento para esses estudantes.

A falta de conhecimento é apenas um dos desafios que o professor enfrenta quando o assunto é inclusão, a ausência de experiência com crianças deficientes é uma das causas a que Mantoan (2003, p. 34) se refere: “O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho”. Por isso Paula (2013, p. 26) afirma que

É necessário que a escola passe por adaptações e o professor se especialize para entender como se dá o processo de aprendizagem do aluno portador de alguma deficiência e também, para saber preparar o conteúdo e atividades que proporcione a participação efetiva destes alunos.

Essa especialização que o professor precisa está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), artigo 59: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A capacitação do professor é prevista na Lei, portanto é necessário que haja uma reflexão do professor quanto ao fato de, não ser apenas uma obrigação. As capacitações e formações continuadas são fundamentais para o crescimento do profissional, que é comprometido com a educação. Essas formações iram refletir na criança com a SD, que se beneficiará em todos os aspectos tendo um profissional qualificado acompanhando o seu desenvolvimento.

Além de incluir o aluno com SD, o professor deve criar oportunidades para esse estudante desenvolver a sua autonomia e possuir autoconfiança. Ao realizar atividades que lhes proporcione se desenvolver de forma efetiva em seus aspectos sociais, cognitivos, emocionais e linguísticos. Para Vitto Júnior e Lima (2011, p. 85),

Incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades. A escola precisa trabalhar a aceitação da criança, incentivar sua independência através de elogios dando liberdade para que estas conquistem seu espaço e o respeito das outras pessoas.

É importante que os professores juntamente com a escola trabalhem juntos para o crescimento do aluno, criando espaços e momentos de conversa com todos os alunos sobre a importância de respeitar as diferenças de uma forma global e estimular o respeito não só para crianças com deficiência, mas para todos.

Vale ressaltar que todas as dimensões que envolvem a educação inclusiva precisam de um olhar sensível não somente por parte do professor, mas de todos os profissionais que estão inseridos no âmbito educacional.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A investigação consiste em um estudo de caso, a pesquisa é bibliográfica, exploratória e descritiva. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, por compreender fenômenos comportamentais coletados através de dados discursivos. Foi utilizada como ferramenta de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

A pesquisa foi dividida em três momentos. No primeiro momento, foi realizada a observação da escola escolhida, na busca de compreender a realidade do professor que possui um aluno com síndrome de Down em sala de aula. No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras do 4º e 5º de uma escola da rede particular. Essas entrevistas justificam-se pelo fato de que os sujeitos podem explicar melhor as situações vividas. Buscou-se identificar e compreender quais são os principais desafios encontrados pelos professores e porque ainda existe tanta insegurança por parte de alguns quando o assunto é inclusão. No terceiro momento, os dados foram coletados, para logo após fazer-se a análise de discurso das professoras que fizeram parte da investigação e assim investigar os principais desafios para as práticas inclusivas de alunos com síndrome de Down nos anos iniciais.

O estudo de caso se caracteriza como o método na pesquisa científica que busca analisar um fenômeno real. Segundo Gil (2010, 54), “o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. No caso da investigação, possui como intuito proporcionar uma visão sobre o objeto escolhido, que tem como base compreender as práticas inclusivas e os desafios do professor. Nessa dimensão, a pesquisa de cunho qualitativo está vinculada com o olhar direcionado aos professores, sobre os seus principais desafios encontrados no momento de incluir um aluno com síndrome de Down no ensino regular.

Quanto aos métodos empregados na coleta e análise de dados, essa pesquisa se classifica como qualitativa, pois busca-se compreender a realidade pela ótica dos sujeitos, no caso, as

professoras das séries iniciais da rede particular. Sobre a definição de pesquisa qualitativa, Diehl e Tatim (2004, p. 48) defendem que:

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinados problemas, além de permitir as interações de certas variáveis, compreendendo e classificando os diversos processos dinâmicos vividos pelos grupos, possibilitando, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Através da pesquisa qualitativa, é possível evidenciar o estudo das relações sociais, de forma que os métodos empíricos constroem teorias que podem relacionar o conhecimento e a prática ao logo da investigação. A pesquisa qualitativa denota abordagens mais dinâmicas para o campo da pesquisa, de tal maneira que apresenta uma compreensão mais ampla dos resultados, ocasionando a construção de uma relação com o universo do entrevistado por meio da sua atuação ativa em campo.

Para Marconi e Lakatos (2010, 75), a pesquisa bibliográfica “ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já formulada pública, em relação ao tema de estudo[...]” E “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto[...]”. No caso desta investigação, foram utilizados livros, artigos, pesquisas e documentos, a fim de se obter o máximo de informações possíveis sobre a educação inclusiva e a criança com deficiência.

Segundo Gil (2008) “os estudos de caso executados com rigor requerem a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações”. Por esse motivo, a investigação se utilizou das entrevistas semiestruturadas para a realização do estudo de caso e da coleta de dados.

A investigação também se classifica como um estudo exploratório e descritivo. Segundo Marconi e Lakatos (2010, 78): “estudos exploratórios-descritivos combinados – são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Em relação a esse estudo, a pesquisa exploratória-descritiva aconteceu por meio das pesquisas bibliográficas e das análises de discurso.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Fortaleza. O lócus escolhido para a investigação foi uma instituição privada localizada no bairro Quintino Cunha. A mesma possui três sedes que atendem as modalidades do Ensino Infantil (Infantil I ao Infantil V), Ensino

Fundamental, compreendendo as Séries Iniciais (1º ano ao 5º ano) e as Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano) e o Ensino Médio Completo (1º ano ao 3º ano), nos turnos matutino e vespertino.

A observação do lócus foi realizada na sede voltada para a educação infantil. O motivo de a escola ter sido escolhida para a pesquisa é porque se trata de uma escola de ensino regular e que trabalha a inclusão de alunos com necessidades educacionais especializadas.

A história dessa instituição se iniciou há mais de vinte anos. A proprietária começou ensinando apenas quatro alunos em sua própria residência, quando juntamente com seu irmão e sua cunhada começaram a alimentar e a viver um sonho de educação. Ao longo de sua trajetória, a escola participou ativamente da vida cultural de Fortaleza.

A escola ainda conta com várias modalidades de esporte (futsal, voleibol, handebol e judô), dança (jazz e balé) e curso de língua estrangeira extracurricular. Em 2015, a escola inovou com a implantação do Sistema de Tempo e em 2017 com o Bilíngue para os alunos do Tempo Integral na sede Júnior. A instituição trabalha valores como: Ética cristã, justiça, integridade, respeito, cidadania, colaboração, compromisso profissional, zelo e disciplina.

A escola atualmente passa por reformas, por isso os números podem variar. Em sua estrutura, conta com dezenove salas de aula, uma sala de musicalização, uma sala de robótica e uma sala de leitura. Por ser um estabelecimento de ensino que possui o Sistema de Tempo Integral, conta com três dormitórios, todos eles bem equipados com camas, armários individuais para cada aluno e cada dormitório possui seu próprio banheiro. Teatro, pátio amplo com *playgrounds*, cantina e refeitórios são exemplos de recursos que a escola apresenta.

Do infantil I ao 2º ano do Fundamental, cada professora titular possui uma professora do apoio. A partir do 3º ano do ensino fundamental, a professora do apoio passa a auxiliar duas salas. A escola tem em torno de sessenta funcionários, e eles se dividem em porteiro, recepcionista, zelador, faxineiras, diretor, coordenadores, supervisores, professores, psicólogas, psicopedagoga, nutricionista e técnica em enfermagem.

3.3 Participantes

Os participantes escolhidos para a realização do estudo foram definidos a partir do seguinte critério: professoras que atuam nos anos iniciais e que possuam em sua sala um aluno com síndrome de Down. Em outros termos, os sujeitos da pesquisa foram escolhidos por trabalharem com crianças e apresentam traços relativos ao objeto de pesquisa.

Os participantes da pesquisa são as professoras da supracitada escola. Foram convidadas as professoras do 4º ano e 5º ano do período da tarde para participar do estudo e elas concordaram em participar do estudo de forma voluntária. Os professores que não forem do 4º e 5º ano e não for do período da tarde e que não possuam alunos com necessidades especiais, não participaram do estudo.

As entrevistas com as professoras aconteceram pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. Devido à pandemia da COVID-19, as professoras se sentiram mais seguras participando da entrevista cada uma das suas respectivas casas. Após a realização das entrevistas, a investigação aconteceu por meio de uma análise de discurso. Elas possibilitaram respostas que foram agregadas juntamente com o estudo bibliográfico. Foram feitas também observações no ambiente escolar, a fim de obter um maior detalhamento do campo estudado, contribuindo para a escrita da conclusão desta pesquisa. É importante deixar claro que essas observações aconteceram no início do ano, antes da pandemia, quando os alunos com síndrome de Down podiam ir à escola.

3.4 Aspectos éticos

Os participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde são explicados os objetivos do estudo, os riscos e benefícios, além da participação voluntária e não remunerada e preservação da identidade dos mesmos. Além disso, foi solicitado ao responsável técnico da instituição onde o estudo aconteceu a assinatura do Termo de Anuência Institucional (TAI), contendo a autorização expressa do mesmo para a realização da pesquisa.

Quanto aos riscos deste estudo, consideramos serem mínimos. Não houve nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa (professores) ocorreram pelo *WhatsApp*. Os entrevistados estavam conscientes de que a qualquer momento poderiam optar por não responder as perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sentissem constrangidos.

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados resultados positivos a respeito da ampliação do conhecimento sobre a temática da Educação Inclusiva, com o olhar direcionado aos professores que trabalham nessa área. A pesquisa busca compreender os principais desafios a atuação docente, dentro do processo de inclusão na escola, de alunos com Síndrome de Down no ensino fundamental.

4 DADOS DA PESQUISA – ESTUDO DE CASO

As participantes da pesquisa receberam códigos, a fim de resguardar a identidade das entrevistadas. As entrevistas são semiestruturadas e possuem um roteiro no qual as perguntas foram feitas igualmente para ambas. Por causa da COVID-19, as professoras se sentiram mais seguras realizando a entrevista cada uma das suas respectivas casas. As perguntas foram feitas pelo entrevistador e conforme as entrevistadas respondiam, suas repostas foram gravadas por meio de áudio.

4.1 Entrevista com a professora P1

A professora P1 é professora polivalente do 5º ano e leciona nas turmas da manhã e tarde. Atualmente trabalha como professora titular dessa turma. A primeira pergunta feita a professora P1 foi sobre a sua formação. A professora P1 respondeu que é licenciada em Pedagogia e especializada em Deficiência Visual e Transtornos do Espectro Autista.

A segunda pergunta feita a professora P1 diz respeito à quantidade de anos que a mesma atua na educação. A professora respondeu que atua na área da educação há 20 anos.

Na terceira pergunta, a professora P1 foi questionada sobre o que educação inclusiva significava para ela? A docente assim respondeu:

A educação inclusiva significa incluir pessoas com deficiências nos vários espaços sociais, não só escolas, mas também nos diversos campos da sociedade. É necessário preparar toda a sociedade para acolher essas pessoas com deficiência, dando oportunidades para que eles mostrem suas capacidades.

Na quarta questão, indagamos: Quais são os principais desafios encontrados na educação inclusiva? A professora P1, de forma direta, respondeu: “O maior deles é fazer com o que aceitem as diferenças. Combater racismo e preconceitos.”

Na fala da professora, pode-se observar que a mesma foi bem direta ao responder umas das perguntas-chaves dessa pesquisa. A professora P1 fez esse comentário sobre o maior desafio ser a questão da aceitação, pois infelizmente, como bem sabemos, a criança com deficiência passa por essas questões e muitas vezes chega a sofrer preconceitos. É importante que o professor saiba lidar com isso e trabalhe essas questões para que o aluno possa se desenvolver e criar segurança.

Na quinta questão, a professora P1 foi questionada sobre qual a proposta da LDB a respeito da Educação Especial. A professora P1 respondeu que era “proporcionar a plena participação de todos, facilitando a interação social e aprendizagens.”

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor, a sua proposta para a Educação Especial, que quando for necessário deverá haver “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.” A lei também afirma “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.

A LDB possui um capítulo específico que comenta todas essas propostas para a Educação Especial. O texto traz uma série de pontos importantes para a Educação Especial como a formação docente, currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as necessidades educativas diferenciadas desses alunos.

Quais as práticas pedagógicas que a escola utiliza para a inclusão de alunos com Síndrome de Down, foi a sexta pergunta. A professora P1 respondeu que “a escola faz adaptações de atividades, trabalha também com apoio e auxiliares dentro de sala que ajudam no desenvolvimento de habilidades e dando suporte na hora de atividades que requerem mais atenção.”

Antes do início da Pandemia da COVID-19, pode-se realizar uma observação da escola, e de algumas aulas. Em uma conversa informal com a professora P1, ela afirmou que essas adaptações de atividades acontecem da seguinte forma, o aluno com Down estava no quinto ano, mas realizava atividades de infantil V. Nesse mesmo dia, pode-se perceber que a professora itinerante, além de ser professora do apoio, também era auxiliar de sala e ajudava com a correção de atividades além cuidar das agendas e avisos. A professora do apoio também acompanhava o aluno Down em todas as outras atividades, que eram com os outros professores, como as aulas de robótica e aulas de educação física.

A sétima pergunta foi a seguinte: Você realiza adaptações das atividades para esses alunos? E que adaptações são essas? A professora P1 respondeu que “as adaptações são feitas pela coordenação da escola seguindo orientações de psicopedagogas.”

E, para finalizar, a oitava questão diz respeito às quais habilidades a professora P1 conseguiu desenvolver com essas práticas. A mesma respondeu que “não era capaz de responder, pois quem deveria responder era o responsável pelo acompanhamento do aluno.”

Nesse comentário, a professora P1 está se referindo a professora do apoio que acompanhava o aluno com síndrome de Down. Infelizmente, não conseguimos realizar a entrevista com a professora do apoio, pois, no período que os dados foram coletados, a mesma se encontrava doente, por esse motivo a coleta de dados foi realizada somente com a professora titular dessa série.

4.2 Entrevista com a professora P2

A professora P2 possui formação em Pedagogia na UECE, de 4 anos e meio, de forma semipresencial. Ela atua na área da educação há 22 anos, começou aos 19 anos como auxiliar trabalhando em escolas pequenas no município de Caucaia–CE, e depois com reforço escolar em sua casa e há 12 anos ela atua no ensino fundamental. Iniciou com educação infantil, com o infantil 4 e infantil 5. A professora também tem experiência com as series iniciais, já ensinou do 1º ao 4º ano. Atualmente a professora P2 atua no 4º ano.

Sobre que é a educação inclusiva, a professora P2 respondeu que:

Educação inclusiva é você inserir uma criança especial dentro do cotidiano dos ensinamentos repassados para as crianças que não tem nenhum diagnóstico, [...]. Os recursos da escola oferecidos também são de grande importância, uma escola com pouco recurso ela não consegue ter um bom trabalho de inclusão, porque na escola, de recursos você vai ter uma sala especial adaptada com material lúdico ou você vai receber material lúdico da família para ser trabalhado na escola então a inclusão é você procurar meios de levar para o cotidiano daquela criança conteúdo de uma forma que ele compreenda e absorva.

Para a professora P2, o principal desafio na educação inclusiva é que:

Na inclusão social muitas vezes parte da escola, com os recursos que não são oferecidos, mas a maioria dos casos parte mesmo da família. Porque inclusão social pertence a um grupo onde você precisa estar família e escola em parceria, para que você possa mostrar as limitações da criança e seja feito também um trabalho prévio. Seja feito também em casa uma continuação do nosso trabalho. [...]

A professora P2 afirma que um dos maiores desafios para a inclusão parte da própria escola, quando não dispõe de recursos, pois, para os alunos com deficiência, é de suma importância o uso de material concreto adaptado e uma sala específica para que o atendimento educacional especializado aconteça de forma efetiva, a esses alunos.

A professora traz uma reflexão sobre a presença da família nesse processo de ensino aprendizagem da criança. Na sua fala, ela comenta que “se em casa essa rotina diária for quebrada, ela não for continuada o trabalho não vai ter nenhuma evolução, a criança não vai progredir.”

Infelizmente, isso é uma realidade que ainda precisa ser mudada, os pais precisam entender que a família é uma extensão da escola, portanto é necessário que haja uma conscientização por parte de alguns pais em entender que a escola faz o seu papel quando desempenha atividades lúdicas, quando utiliza material adaptado, quando realiza atividades de interação com os alunos que não possuem laudo, tentando, sempre ao máximo, trazer algum significado para essa criança. E em casa, a família precisa cooperar da mesma maneira, assim a criança com deficiência poderá desenvolver diversas habilidades.

Sobre a proposta da LDB a respeito da educação inclusiva a professora respondeu dessa forma:

Até onde eu tenho feito os conhecimentos prévios na faculdade a LDB ela vem trazendo uma proposta no artigo 7, da convenção da ONU de legalizar os direitos das pessoas com deficiência e o que é que eles querem é a obrigatoriedade da Educação Básica até os 17 anos de idade. [...] Muitas vezes os pais querem que a criança tenha um desenvolvimento rápido e o tratamento para crianças com deficiência é a longo prazo, [...]. Esse trabalho de inclusão social para que seja feito um trabalho melhor dentro da sala de aula, porque sabemos que ele é um trabalho a longo prazo que ele não é tão rápido e que não tem muitas vezes evolução, porque a família não colabora, mas ele tem sido feito sim e muitas vezes tem de ser feito sem nenhum recurso oferecido, mas por práticas pedagógicas. Porque hoje os pedagogos muito aceitam a inclusão e tomam isso como forma de responsabilidade, é o que eu tenho visto ultimamente.

A professora P2 discorre sobre os seus conhecimentos a respeito da LDB e logo após comenta sobre as propostas do governo para cumprir com a Lei e efetivar na prática essa obrigatoriedade do ensino. Ela cita o trabalho psicopedagógico que algumas escolas municipais já ofertam e a reação dos pais mediante a esse atendimento, pois muitos acreditam ser a solução para todas as dificuldades que os alunos apresentam, e querem resultados imediatos, sem entender que a criança com deficiência tem um tempo que precisa ser respeitado. A professora também afirma que muitos pedagogos estão mais familiarizados com a inclusão e têm entendido a importância do seu papel dentro desse processo.

Segundo a professora P2, na escola são realizadas adaptações para esses alunos, essas adaptações acontecem da seguinte forma:

Essas adaptações de atividades, acontecem de acordo com o nível de maturidade da criança, porque existem síndrome de Down que tem uma maturidade tranquila, maturidade cognitiva que eu falo e até mesmo comportamental e existem outros que evoluem muito devagar nessa maturidade, eles muitas vezes chegam a oito anos com a maturidade de cinco, então não tem como trabalhar conteúdos em sala de aula de Ensino Fundamental. [...]

Em uma conversa informal com a professora P2, ela afirma que o material adaptado que a escola utiliza é desenvolvido pela própria escola, na realidade todo o material utilizado pela educação infantil é desenvolvido por uma equipe de profissionais que envolve coordenadoras, professoras e psicopedagogas.

Sobre as adaptações de atividades realizadas com os alunos com Down, a professora respondeu:

Essas adaptações são feitas sim com jogos, se dirigido para cada caso, com o nível de cada caso de criança que você recebe tem criança que progride com mais facilidade e tem outras que são mais devagar, então você vai adaptando com jogos. O sistema de provas muitas vezes é oral porque eles conseguem responder às vezes e não conseguem escrever e por aí vai, geralmente é do nível de maturidade de infantil, porque demora um pouquinho com essa habilidade de maturação cognitiva.

Essas adaptações precisam ser realizadas diariamente, pois o aluno com Down possui especificidades e particularidades bastantes distintas. Na prática, podemos observar que grandes são os desafios que os professores enfrentam para realizar essas adaptações, como, por exemplo, a maturidade desses alunos que é bem variável: um dia eles estão mais concentrados e obedecem aos comandos com uma maior facilidade; noutro dia apresentam comportamento agressivo e dificuldades para receber comandos, havendo relutância na hora de realizar as atividades, embora sejam atividades lúdicas. Em alguns dias, eles estão bastante sonolentos e isso muitas vezes é resultado de medicações feita pela família, por orientação médica.

Segundo a professora P2, as habilidades que ela tem conseguido desenvolver com essas adaptações são estas:

Bom uma das práticas que eu tenho observado conseguir com mais facilidade é a da interação social. Socializar bem, sentir-se bem no ambiente, ser acolhido, ser desafiado, [...] trabalhando na área de inclusão e tendo uma proximidade maior com síndrome de Down, foi por mais de dois anos seguidos a mesma criança então antes ele era uma criança que não socializava, que era arisca, depois nós conseguimos fazer com que ele sentisse acolhido, sente-se feliz no ambiente que ele estava.

Antes de trabalhar conteúdos, o professor precisa desenvolver a questão da inclusão social. No referencial teórico, no tópico sobre o resgate histórico as deficiências, vimos que,

durante muitos anos, a criança com deficiência era vista como alguém sem capacidade e sem competência para desenvolver habilidades. A partir desse ponto, também vimos que até chegarmos ao momento que surge uma Lei que defende e assegura todos os direitos dessas crianças foi um longo caminho. Hoje podemos observar que muita coisa mudou, mas infelizmente ainda há muitas pessoas com preconceitos e que discriminam essas crianças, então a partir desse ponto é papel fundamental da escola tentar mudar essa realidade e trabalhar cada dia mais a inclusão social.

A professora P2 afirma que a primeira habilidade que ela conseguiu desenvolver não só com o aluno Down, mas com os outros alunos, foi a inclusão social. E como ela fez isso? Ela trabalhou a autonomia e a segurança do aluno, fazendo com que ele se sentisse parte da turma, estimulando-o para interagir com os outros e apresentando os seus trabalhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentou a seguinte problemática: quais os principais desafios encontrados pelos professores na educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental?

Depois de ter sido realizado um estudo bibliográfico, observação do lócus, entrevistas com as professoras e as análises de discurso, podemos concluir que os principais desafios encontrados pelos professores para as práticas inclusivas de alunos com síndrome de Down são: a discriminação, os preconceitos, a falta de recursos disponibilizados pela escola, o apoio da família e a falta de um acompanhamento especializado externo a escola.

Mediante isso, os resultados foram os esperados e conseguimos alcançar os objetivos gerais e específicos que norteavam a investigação, pois conseguimos descobrir os principais desafios enfrentados pelos professores e que está havendo sim formação continuada por parte de alguns. Diante todas as análises e a fala das professoras, podemos perceber o quanto ainda precisamos evoluir quando o assunto é inclusão e o quanto ainda se faz necessário refletirmos sobre essa temática. Acreditamos que a inclusão de alunos com síndrome de Down ainda seja um grande desafio. As ações pedagógicas que vão envolver essas práticas dependem da formação e da experiência desses profissionais que se comprometem a fazer parte desse processo chamado educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P.C.V.; LINHARES, T. C. **A inclusão escolar: breve histórico e alguns apontamentos para a prática do professor.** Belo Horizonte, 2014, p. 35-59.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do BRASIL** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, R.E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

DÉA, V. H.S.D.; BALDIN, A.D.; DÉA, V.P. B. D. Informações gerais sobre a síndrome de Down. In: DÉA, V. H. S. D.; DUARTE, Edison. (Orgs.). **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Phorte, 2009.

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. Métodos e técnicas de pesquisa. In: DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004, p. 47-88.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, A.C.D.R. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PAULA, B. M. A formação do professor para a educação especial – um enfoque para a síndrome de Down. **XI EDUCERE**, Curitiba, 2013, p. 15087-15100.

ROCHA, A. B.O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógico**, v.7, n.2, jul./dez. 2017.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M.R. **Educação inclusiva**: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, R.N.A. A educação especial da criança com Síndrome de Down. In: BELLO, J.L. de P. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, L.F.; VIEIRA, J.L.L. O papel da família no desenvolvimento da criança com síndrome de Down. In: DÉA, V.H. S. D.; DUARTE, E. (Orgs). **Síndrome de Down**: informações, caminhos e histórias de amor. São Paulo: Phorte, 2009.

VITTO JÚNIOR, J.; LIMA, A.L.S. A inclusão da Criança com síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, v.9, n.1, Criciúma, SC, 2011, p. 76-87.

Recebido em: 31/01/2021

Recebido em: 20/05/2021